



Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Ciênc. hum. vol.6 no.2 Belém May/Aug. 2011

<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-311X2011001500002>

Artigo

Falência é fracasso? O caso da Associação dos Produtores Alternativos de Ouro Preto do Oeste, Rondônia, Brasil

Is bankruptcy failure? The case of the Associação dos Produtores Alternativos de Ouro Preto do Oeste, State of Rondônia, Brazil

Florent Kohler^I; Liz Rejane Issberner^{II}; Philippe Léna^{III}; Guillaume Marchand^{IV}

- ^I Université de Tours. Tours, França
- ^{II} Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia. Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil
- ^{III} Institut de Recherche pour le Développement. Bondy, França
- ^{IV} Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia. Manaus, Amazonas, Brasil

Autor para contato

Resumo

O artigo examina a falência da Associação dos Produtores Alternativos (APA) de Ouro Preto do Oeste, em Rondônia, buscando identificar elementos estruturantes e explicativos das relações entre atores locais e evidenciando seus próprios quadros interpretativos. A partir de um breve histórico da implantação do Projeto Integrado de Colonização (PIC) Ouro Preto do Oeste, são destacadas a origem social dos colonos, sua cultura política e o tipo de capital social¹ construído nos assentamentos. Por outro lado, apresenta-se a lógica das instituições envolvidas no desenvolvimento desse projeto. As relações entre os diversos atores institucionais são apresentadas como uma rede multiconectada, unindo os níveis local, regional, nacional e internacional. A análise mostra o descompasso entre a visão econômica das instituições de apoio, voltadas para a produção, e as aspirações dos produtores da APA. Ao final, concluímos que a falência pode estar associada a dois fatores interligados: a 'desconfiança' dos produtores da APA em relação aos órgãos de apoio à agricultura familiar (Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira², Agência de Defesa Sanitária Agrosilvopastoril do Estado de Rondônia, Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural) e a ausência dos governos estadual e municipal no grupo de atores do sistema de redes multiconectadas, no qual poderiam ter desempenhado um papel de mediadores entre aquelas diferentes aspirações. Finalmente, a questão colocada relativiza a noção de 'fracasso' associada à falência.

Palavras-chave: Sindicalismo agrário. Cooperativa. Capital social. Redes sociais. Inovações produtivas. Rondônia.

Abstract

The paper studies the bankruptcy of the Alternative Producers Association (APA) in Ouro Preto do Oeste, State of Rondônia, Brazil, by identifying the relations between the territory actors and analyzing their own interpretive frame³. After a brief history of the Integrated Colonization Project (PIC) in Ouro Preto do Oeste, we describe the social origin of the settlers, their political culture and social capital as well as the logic of the institutions engaged in the projects' management. The relations between the different institutional actors are presented as a connection of multilevel social-ecological systems (local, regional, national and international). The paper intends to show the discrepancy between the mere economic logic of the supporting institutions and the APA⁴ producers' aspirations. Our conclusion is that the bankruptcy may have been caused by two interconnected factors: the lack of trust of APA's farmers towards agricultural support agencies (Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira, Agência de Defesa Sanitária Agrosilvopastoril do Estado de Rondônia, Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural) and the failure of the State and the Municipality to act in the multi-level network above mentioned, which could have been a mediator amongst the different aspirations. Finally, our paper discusses the notion of 'failure' associated to bankruptcy.

Keywords: Agrarian syndicalism. Producers association. Social capital. Social networks. Productive innovations. Rondônia.

Introdução

O caso da Associação dos Produtores Alternativos (APA) de Ouro Preto do Oeste (1992-2007), em Rondônia, constitui-se em um verdadeiro enigma para o pesquisador. Até o ano de 2008, com efeito, os estudos, publicados ou não (Russo e Pádua, 2001; Leroy, 2003; IAG, 2005; Issberner, 2006, 2007; Figueiredo, 2007; Abreu e Watanabe, 2008; Abreu et al., 2008), relatam uma success story, tentando encontrar as razões do sucesso no dinamismo dos fundadores e na capacidade de os membros adotarem um modelo inovador de produção em uma região marcada pelo peso da pecuária e pela desconsideração das questões ambientais (GTA, 2008). Em um contexto regional avesso a experiências ecologicamente sustentáveis (Souza Filho, 2007), os produtores da APA lograram substituir aos poucos a agricultura convencional por Sistemas Agroflorestais (SAFs). Tal transformação parece possuir duas razões inter-relacionadas: por um lado, havia uma crença nos princípios de solidariedade e compartilhamento de responsabilidades, que visa, antes do sucesso econômico, à melhoria da qualidade de vida e o empowerment dos mais pobres, no caso, das populações dos assentamentos rurais (Freire, 2009)⁵. Essa visão decorre, provavelmente, da influência local exercida pelas várias pastorais inspiradas na Teologia da Libertação. Por outro lado, essa crença favorecia uma sensibilização da população aos princípios do comércio justo, da produção orgânica e do Desenvolvimento Sustentável (DS). Entretanto, em 2008, o cenário se transforma: a APA está falida, com uma diretoria respondendo na Justiça por dívidas e processos movidos por ex-funcionários.

Entender a dinâmica que levou ao estado de falência foi o que motivou a realização deste estudo voltado a um projeto de iniciativa local ("community-based conservation", segundo Berkes, 2004, 2006, 2007), considerado um exemplo de bom desempenho, contando com apoios nacionais e internacionais. Nosso objetivo foi investigar e analisar os múltiplos fatores que condicionaram a mudança desse cenário, adotando uma abordagem antropológica que busca identificar as relações sociais prevalentes na região a partir do entendimento dos próprios atores¹. Foram considerados aspectos da história local e o papel do capital social em sistemas socioecológicos interconectados e multiescalas (Brondizio et al., 2009).

O Contexto

A história da APA enraíza-se no processo de colonização sistemática da região empreendido, a partir do final dos anos 1960, por diferentes órgãos, que formaram, em 1970, o INCRA (Binsztok, 2008).

A rodovia BR 364, que liga Cuiabá e Porto Velho, iniciada em 1943 e terminada em 1968 pelos militares, desviou o fluxo de migração amazônico de leste para oeste. Entre 1961 e 1970, mais de 30.000 pessoas penetraram em uma região onde moravam apenas soldados da borracha, remanescentes da Segunda Guerra Mundial.

O Projeto Integrado de Colonização (PIC) Ouro Preto do Oeste (Figura 1) foi lançado pela Portaria 281/70, de 1º. de junho de 1970, sendo o primeiro empreendimento do INCRA. Abrangia, inicialmente, 512.000 hectares situados entre os quilômetros 385 e 352, divididos em seis glebas (Ouro Preto, Costa Marques, Novo Destino, Santa Rosa, Djaru Uaru, Vida Nova). As primeiras famílias foram assentadas em janeiro de 1971 e o cadastro foi realizado em 1972. Ao INCRA cabiam as seguintes missões: distribuir a terra; organizar o território; administrar os projetos; assentar os migrantes nos respectivos lotes; assumir a educação, a saúde e a previdência social; enquadrar o habitat rural às unidades agrícolas; edificar a infraestrutura; criar cooperativas de produção, de crédito e de comercialização. Quanto à vida do migrante, era pontuada por três etapas: o assentamento, a consolidação e a emancipação, momento no qual o colono

recebia o título definitivo. Em 1981, a maior parte dos 5.000 colonos foi emancipada e a administração do INCRA passou por uma fase de contração, com uma redução progressiva do número de funcionários (de 180, no auge do programa, a 13, em 1986). Hoje, o escritório do INCRA em Ouro Preto está em processo de fechamento.

Nesse quadro, entende-se facilmente a palavra dos habitantes quando declaram que "Aqui era tudo INCRA": o Instituto assumiu todos os papéis e criou um modelo de sociedade voltado para a produção agrícola de subsistência, com a venda dos excedentes para a cooperativa por ele instalada. Apesar de o projeto inicial ter sido voltado para o cacau (a CEPLAC foi implantada em 1971), a 'lavoura branca' acabou sendo privilegiada e o desmatamento incentivado. A irrupção da vassoura de bruxa, aliás, junto com a queda e irregularidade do preço do cacau, reorientou rapidamente as estratégias dos produtores para a pecuária, seguida pela instalação de uma indústria de laticínios. Esta política levou a uma degradação rápida do ambiente e da capacidade de regeneração dos solos, situação que se generalizou à medida que a fronteira agrícola se expandia de forma desordenada. As condições de vida da maioria dos colonos foram se deteriorando enquanto alguns indivíduos expandiam seus lotes, comprando terra de produtores falidos ou decepcionados, criando, assim, as condições para uma sociedade desigual, desprovida de alternativas econômicas, marcada pela concentração fundiária e pela pecuária extensiva que caracterizam o estado de Rondônia e boa parte da fronteira em expansão (Coy, 1986, 1996; Léna, 1986, 1991a, 1991b, 1992).

Foi nesse contexto de degradação social e ambiental que surgiu a APA. Sua criação decorreu da iniciativa de membros do Sindicato de Trabalhadores Rurais (STR), afiliados à cooperativa estabelecida pelo INCRA. Um primeiro projeto de horticultura foi experimentado em 1987, com o apoio da organização não governamental (ONG) Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Estadual (IPHAE), que conseguiu recursos do governo canadense. O projeto envolvia oito famílias, mas, graças a seu potencial de replicação, o número de famílias aumentou rapidamente. Em 1990, o STR passou a fomentar os sistemas agroflorestais, consolidando, ao mesmo tempo, as experiências de apicultura e hortas familiares. Dezenas de estágios de formação foram organizados com o intuito de incentivar os agricultores a adotarem novas formas de produção, abandonando o uso da coivara e de agrotóxicos. As mulheres foram envolvidas para garantir a segurança alimentar das famílias, aproveitando produtos locais para a fabricação de farinhas mistas, sobremesas, geléias, doces etc.

Em 1991, vinte famílias participavam deste modelo integrado de produção diversificada, orientado prioritariamente para autossustentâncias e com práticas menos predatórias. No ano seguinte, a Assembleia fundadora da Associação dos Produtores Alternativos teve lugar com vinte e nove sócios, iniciativa do STR para criar um organismo de consolidação social, vertente econômica da luta assumida pelo sindicato. Mais tarde, uma pequena fábrica foi montada para a produção de palmito envasado de pupunha, atingindo uma média de 45 toneladas por ano. A produção era vendida para supermercados do sudeste do país e também para uma rede francesa de comércio justo. Uma das inovações implantadas pela APA foi a formação de 'agricultores técnicos', especializados em SAFs que tinham como função difundir e replicar essa técnica nas propriedades adjacentes, em um esquema de circulação dos saberes considerado exemplar (Issberner, 2007). Ao longo de mais de dez anos, a APA percorreu uma trajetória marcada pela ampliação de sua produção e do seu mercado, gerindo fundos nacionais, como o Proambiente, exportando palmito de pupunha e ganhando, assim, notoriedade como vitrine do desenvolvimento sustentável na Amazônia, o que a tornou objeto de um grande número de reportagens na imprensa nacional e internacional.

Os vários relatórios que acompanharam seu crescimento (Leroy, 2003; IAG, 2005) sinalizam a pertinência da estratégia voltada para o crescimento da produção, apontando, porém, o fraco investimento no mercado local e nacional, bem como problemas estruturais para manter um fluxo contínuo de produtos, correndo-se, assim, o risco de perder mercados voláteis. Naquela época, a APA já passava por uma crise administrativa e financeira, de tal forma que não podia mais contar somente com a produção dos seus membros para atender seus compromissos comerciais. A Associação passou, então, a comprar de outros agricultores do estado e até do vizinho Acre, que, ao final, não receberam o total do pagamento devido. Assim, o círculo virtuoso estava pronto para se transformar em círculo vicioso.

Resumindo, se procurarmos as razões da falência da APA, a partir da visão de negócios das ONGs ou das instituições públicas, o ponto central seria a falta de coesão social entre os membros da comunidade e também entre os agricultores e os representantes locais de órgãos nacionais (CEPLAC, EMATER e Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA). Sob essa perspectiva, seria possível concluir que o empreendimento não foi exitoso devido à heterogeneidade da população, ao fraco apego à terra, ao conhecimento insuficiente da flora e da fauna local, às múltiplas afiliações políticas, à falta de capacitação para elaborar e implantar um plano de negócios adequado etc. (Kohler et al., 2010). Mas, se fosse adotada a perspectiva da própria comunidade local, como explicar as razões desse 'fracasso'? Como explicar que, mesmo com o fim da APA, os SAFs permaneceram e o compromisso com o meio ambiente foi razoavelmente mantido? Com a ideia de fracasso associada à falência, perderíamos o ponto mais relevante do caso, que é justamente a longevidade da experiência (mais de quinze anos), longevidade de criar inveja em muitas comunidades chamadas 'tradicionais' (Brondízio, 2006).

ETNOBOTÂNICA DA AMÉRICA LATINA

O estudo desenvolvido em São Luís do Maranhão integra-se numa abordagem comparativa das espécies de uso curativo mais consumidas num espaço geográfico dotado de identidade cultural e história de colonização europeia comum, pelo fato de haver sido povoada pelos dois povos ibéricos: os portugueses e os espanhóis. A Tabela 3 apresenta a origem de todas as plantas pesquisadas até o presente em sete regiões metropolitanas da América Latina: Belém e São Luís, no Brasil; Santiago, no Chile; Lima, no Peru; Cidade do México, Puebla e Cuernavaca, na grande metrópole centro-mexicana; Havana, Cuba; e San José, na Costa Rica. Presidente Prudente, situada no estado brasileiro de São Paulo, cidade de escassa dimensão humana, foi desestimada, por não se enquadrar na categoria de região metropolitana.

Origem	Número de espécies	%
Americana	280	59,6
Europeia	58	12,3
Asiática	54	11,5
Africana	10	2,1
Pacífica	4	0,9
Australiana	7	1,5
Universal	11	2,3
Desconhecida	46	9,8
TOTAL	470	100

Tabela 3: Origem das espécies de uso terepêutico pesquisdas na Amiérica Latina. Fonte: Madaleno (1998 - 2010)
Como se conclui, as espécies registradas são majoritariamente nativas do continente americano, a que se podem juntar as não identificadas, por serem desconhecidas dos botânicos dos países em apreço. Presumimos, no entanto, que sejam também nativas. Seguem-se de perto as plantas europeias e as

asiáticas. As espécies vegetais europeias são quase sempre oriundas da zona climática temperada mediterrânica, levadas para o espaço latino-americano por colonos portugueses e espanhóis.

Referências

- BAENSCH, H. A.; RIEHL, R. **Aquarien atlas**. Melle: Mergus Verlag, 1985. v. 2, 1216 p. [[Links](#)]
- BARTHEM, Ronaldo Borges. **Ocorrência, distribuição e biologia dos peixes da baía de Marajó, estuário amazônico**. Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi, série Zoologia, v. 2, n. 1, p. 49- 69, 1985. [[Links](#)]
- BARTHEM, Ronaldo Borges; FABRÉ, Nidia. **Biologia e diversidade dos recursos pesqueiros na Amazônia**. In: RUFFINO, Mauro Luís (Ed.). A pesca e os recursos pesqueiros na Amazônia brasileira. Brasília: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, 2004. p. 17-62. [[Links](#)]
- BATISTA, Vandick Silva. **A pesca na Amazônia Central**. In: RUFFINO, Mauro Luis (Ed.). A pesca e os recursos pesqueiros na Amazônia brasileira. Brasília: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, 2004. p. 213-243. [[Links](#)]
- BRASIL. Ministério da Pesca e Aquicultura. **Boletim Estatístico da Pesca e Aquicultura**. Brasil 2008-2009. Brasília, 2010. Disponível em: <http://www.sepaq.pa.gov.br/files/u1/anuario_da_pesca_completo.pdf>. Acesso em 23 jul. 2010. [[Links](#)]
- BURGESS, Warren E. **An atlas of freshwater and marine catfishes: A preliminary survey of the Siluriformes**. New Jersey: T.F.H. Publications, 1989. [[Links](#)]
- CARMONA, Priscila Amorim. **Caracterização da pesca da pescada amarela *Cynoscion acoupa* (Lacépède, 1801) desembarcadas no município de Bragança - Pará**. 2008. 81 f. Dissertação (Mestrado em Ecologia de Ecossistemas Costeiros e Estuarinos) - Universidade Federal do Pará, Bragança, 2008. [[Links](#)]

Recebido em 18/09/2010 - Aprovado em 01/08/2011

MCT/Museu Paraense Emílio Goeldi
Av. Magalhães Barata, 376 - São Braz
66040-170 - Belém - PA
Tel/Fax: (55 91) 3249-6373
boletim.humanas@museu-goeldi.br



Todo o conteúdo deste periódico, exceto onde está
identificado, está licenciado sob uma [Licença](#)
[Creative Commons](#)